

17 FEV 1987

Jornal de Brasília

Edgar Lisboa

ANC pág. 10

A quem interessa a censura

Nestes seus primeiros dias de trabalho, os constituintes eleitos a 15 de novembro e instalados em Brasília desde o dia 1º de fevereiro, têm deixado à nação a idéia de que ainda não disseram a que vieram. Essa idéia generalizada resulta na sua mais substancial parte do fato de que muitas sessões foram destinadas à elaboração e discussão do regimento interno, o provisório e o definitivo. E tanta elaboraram e discutiram os senhores senadores e deputados, que de Constituinte, mesmo, até agora quase nada foi feito.

A imprensa — e, além dela, os demais meios de comunicação — registram, como não poderia deixar de ser, essa situação e as repercussões delas originadas junto à sociedade. Tão distanciada das decisões, tão frustrada com as iniciativas, a população brasileira generaliza na crítica e julga o político de hoje pelo comportamento do de ontem. Assim generalizando, não esconde sua decepção com o rumo até aqui seguido pela Assembléia Nacional Constituinte.

Curiosamente, em vez de buscar a reversão dessa situação, parte dos deputados e senadores eleitos em novembro passado deposita na imprensa a culpa pela imagem de que gozam perante a sociedade. Mais uma vez, a imprensa surge como culpada, na forma simplista e superficial de empurrar problemas com a barriga ou, pior ainda, de transferi-los a outros setores.

Talvez por isso, surgiu na discussão do regimento — provisório e definitivo — da Assembléia, a proposta de vetar o acesso de jornalistas ao plenário da Câmara, usado pela Constituinte. Tal proposta imita outra, anterior, feita à época de «comissão de notáveis» nomeada pelo presidente da República para encaminhar estudos constitucionais à Assembléia eleita no final do ano passado.

Identificadas pelo conteúdo, tais propostas pecam por significar o resquício de autoritarismo que todo o Brasil — ou melhor, quase todo o povo brasileiro — quer apagar. E felizmente vêm sendo bombardeadas por vozes mais lúcidas e que percebem na imprensa o papel que realmente lhe cabe.

Vozes igualmente lúcidas e de notória e reconhecida capacidade também se opuseram a essa forma de censura, mesmo estando distantes das tribunas do Congresso Nacional. São os juristas e professores Miguel Reale Júnior e Antonio Evaristo de Moraes Filho, eles próprios membros da comissão provisória de estudos constitucionais onde primeiro surgiu a idéia de afastar jornalistas da questão constituinte. Um outro notável reagiu contra a censura: o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

De Barbosa Lima Sobrinho, poderia alegar os defensores da censura, outro não poderia ser o comportamento, já que preside a entidade máxima dos jornalistas. De fato. Mas, acima das ponderações classistas e organizacionais que podem ter motivado o ilustre jornalista, o que mais lhe moveu está acima dessa circunstância: é a defesa da liberdade de expressão, meta elementar de qualquer sociedade democrática como a que aspiramos para o Brasil.

Se falta credibilidade a alguns membros da Constituinte, não pode a Imprensa ser responsabilizada. Essa elementar visão precisa ser assumida por esses poucos parlamentares que insistem em estender seus fins de semana por quatro e até cinco dias e limitar seu exercício de trabalho a pouco mais de 48 horas semanais. O que eles não perceberam, ainda, é que há outros tempos neste país e que, por estar mais informada, a sociedade tornou-se mais exigente para com seus funcionários. Como é o caso deles.